



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150353 - PI (2021/0216881-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : AQUILES LADISLAU DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : MARDSON ROCHA PAULO - PI015476
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORRÉU : AUDENIR LADISLAU DE SOUSA
CORRÉU : GIL CARLOS DE SOUSA BRITO
CORRÉU : ARMINO NETO DE SOUSA BRITO
CORRÉU : SAMARA DE BRITO OLIVEIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por AQUILES LADISLAU DE SOUSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (07540554720218180000).

O recorrente foi pronunciado pelo crime previsto no art.121, §2º, inciso IV c/c art. 14, II do Código Penal.

Sustenta que "o Tribunal de Justiça erra ao não reconhecer o direito da extensão do benefício ao paciente, tendo em vista que se encontra em mesma situação processual da corré paradigma, bem como ostenta iguais condições de cunho pessoais" (fl. 5).

Requer, liminarmente, "seja estendida a liberdade concedida à corréu Samara de Brito Oliveira ao Paciente Sr. Aquiles Ladislau de Sousa, com imposição de cautelares, adequadas e suficientes ao caso" (fl. 7). No mérito, requer o provimento do recurso.

É, no es sencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente